

RELATORIA: DNM

TERMO: VOTO À DIRETORIA COLEGIADA

NUMERO: 150/2013

OBJETO: Proposta de Resolução que autoriza a 24ª Revisão Ordinária, a 4ª Revisão Extraordinária e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio – TBP da Concessionária CONCEPA S/A.

ORIGEM: SUINF

PROCESSO(s): 50500.140558/2013-97

PROPOSIÇÃO PRG: PARECER Nº 1775-2.2.2.2/2013/PF-ANTT/PGF/AGU

PROPOSIÇÃO DNM: Pela aprovação da 24ª Revisão Ordinária, 4ª Revisão Extraordinária e Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio – TBP da Concessionária CONCEPA S/A

ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO – DIRETORIA COLEGIADA

I - Das Preliminares

Trata-se de Proposta de Resolução da Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, que autoriza e aprova a 24ª REVISÃO ORDINÁRIA e 4ª REVISÃO EXTRAORDINÁRIA e o REAJUSTE ANUAL da Tarifa Básica de Pedágio – TBP da Concessionária CONCEPA S/A.

II – Dos Fatos

A ANTT, por intermédio da Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF realizou estudos visando atender as solicitações de revisão e reajuste, e acatar as Resoluções ANTT nº 675, de 4.8.2004, nº 1.187, de 9.11.2005, nº 3.651, de 7.4.2011 e nº 4.075, de 3.4.2013, as conclusões estão expostas na Nota Técnica nº 143/GEROR/SUINF, de 13/09/2013 (fls. 40/63).

As referidas revisões e o reajuste foram feitos em observância ao Capítulo III, Seção I, subseção III e Seção IV, Subseções II e III do Contrato de Concessão PG-016/97-00, bem como ao preconizado no artigo 24, inciso III da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001 e nas Resoluções ANTT, nº 675/2004, nº 1.187/2005 e nº 3.651/2011.

No que tange ao reajuste anual, a análise efetuada pela área técnica indicou o percentual de reajuste de 6,09% (seis inteiros e nove centésimos percentuais), correspondente à variação dos números-índice relativos ao IPCA de agosto de 2013 e agosto de 2012.

Para a realização da 24ª REVISÃO ORDINÁRIA, foram consideradas as informações constantes das Notas Técnicas nº 019/2013/GEINV/SUINF, de 14/08/2013, que discrimina as inexecuções e reprogramações de investimentos e serviços constantes do Programa de Exploração da Rodovia – PER. Foram ainda consideradas as informações provenientes da GEFOR, a respeito da apuração de receitas alternativas pela concessionária, e da GEROR, a respeito da aplicação de recursos para o desenvolvimento tecnológico na área de engenharia rodoviária.

As ações decorrentes da 24ª Revisão Ordinária foram processadas tanto no Fluxo de Caixa Original (FCO), quanto no Fluxo de Caixa Marginal (FCM) da concessão e estão discriminadas nos subitens seguintes.

A SUINF informa ainda que no escopo da 24ª Revisão Ordinária, foi processada a alteração na Taxa Interna de Retorno – TIR do Fluxo de Caixa Marginal – FCM decorrente da publicação da Resolução ANTT nº 4.075/2013. Esta alteração está descrita entre os eventos da revisão ordinária no FCM.

Destaca-se, ainda, a alteração dos volumes de tráfego lançados no FCM. Em atenção ao disposto na resolução ANTT nº 3.651/13, os valores de tráfego de proposta foram substituídos pelos dados de tráfego reais apurados e informados à ANTT pela concessionária, através do RETOFF (Relatório Técnico Operacional Físico Financeiro).

Considerados todos os eventos da 24ª Revisão Ordinária, lançados tanto no FCO quanto no FCM, bem como seus efeitos, chegou-se à alteração da TBP de R\$ 2,07727 para R\$ 2,07985, implicando, portanto, em variação de 0,12% (doze centésimos percentuais positivos) da TBP vigente.

O quadro abaixo traz um resumo dos eventos constantes da 24ª Revisão Ordinária bem como os respectivos impactos na TBP vigente.

QUADRO RESUMO DA 24ª REVISÃO ORDINÁRIA

	FLUXO DE CAIXA	ITEM DE REVISÃO	IMPACTO NA TBP
24ª RO	FC ORIGINAL	Substituição do IRT provisório e Arredondamento	-0,01
		Receitas Alternativas	-0,20
		Aplicação dos Recursos Destinados ao Desenvolvimento Tecnológico na Área de Engenharia Rodoviária (RDT)	-0,01
		Inexecuções do PER e Desapropriação	-0,18
		SUBTOTAL RO / FCO	-0,39
	FC MARGINAL	Correção dos volumes de tráfego de proposta pelo tráfego real	+1,12
		Alteração da TIR do FCM	-0,60
		Correção das distorções decorrentes da utilização do IRT provisório e do arredondamento de tarifas.	-0,0002
		Convênio de Aparelhamento da PRF.	-0,0003
		SUBTOTAL RO / FCM	+0,52
	TOTAL DA 24ª REVISÃO ORDINÁRIA (FCO + FCM)		+0,12

Assim como foi feito na revisão ordinária, a revisão extraordinária em curso também utilizou tanto o Fluxo de Caixa Original - FCO, quanto o Fluxo de Caixa

Marginal - FCM para o restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão. Os eventos inseridos em cada um deles, bem como seus efeitos, são demonstrados abaixo. As alterações no PER baseiam-se nas informações contidas nas Notas Técnicas 019/2013/GEINV/SUINF, constante às fls. 100/112 do processo apenso nº 50500.030080/2013-98.

O resultado consolidado das alterações no PER, inseridas tanto no FCO quanto no FCM, classificadas como 4ª Revisão Extraordinária aumenta a TBP de R\$ 2,07985 para R\$ 2,22743, com variação percentual positiva de +7,10% (Sete inteiros e dez centésimos percentuais) em relação à TBP decorrente da 24ª Revisão Ordinária.

QUADRO RESUMO DA 4ª REVISÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª RE	FLUXO DE CAIXA	ITEM DE REVISÃO	IMPACTO NA TBP
	FC ORIGINAL	F.3.1.1	-1,38%
		F.3.1.2	-0,41%
		E.3.1.19	+7,52
	SUBTOTAL RE / FCO		+5,73%
	FC MARGINAL	H.1	+1,38%
	SUBTOTAL RE / FCM		+1,38%
	TOTAL DA 4ª REVISÃO EXTRAORDINÁRIA (FCO + FCM)		+7,10%

O efeito final de todos os itens da 24ª Revisão Ordinária altera a TBP vigente de R\$ 2,07727, resultante da 23ª revisão ordinária e da 3ª revisão extraordinária, para R\$ 2,07985, representando, portanto, acréscimo de 0,12% (doze centésimos percentuais).

A 4ª Revisão Extraordinária altera a TBP resultante da 24ª revisão ordinária de R\$ 2,07985 para R\$ 2,22743, representando acréscimo de 7,10% (sete inteiros e dez centésimos por cento).

O efeito combinado da 24ª Revisão Ordinária e da 4ª Revisão Extraordinária eleva a TBP vigente em +7,23% (sete inteiros e vinte e três centésimos percentuais positivos), aumentando-a de R\$ 2,07727 para R\$ 2,22743.

Após a aplicação do critério de arredondamento, as tarifas de P1 e P3 variaram de R\$ 8,50 para R\$ 9,70, variação de 14,12%, e, para P2, variaram de R\$ 4,30 para R\$ 4,90, variação de 13,95%.

QUADRO SÍNTESE - VARIAÇÃO TARIFÁRIA

ANO	TBP (em R\$)	IRT	TBPR (em R\$)			TBPR (em R\$)		
			Antes do Arredondamento			Após o Arredondamento		
			P1	P2	P3	P1	P2	P3
2013	2,22743	4,36149	9,71491	4,85745	9,71491	9,70	4,90	9,70
2012	2,07727	4,11109	8,53983	4,26991	8,53983	8,50	4,30	8,50
Var. % (13/12)	7,23%	6,09%	13,76%	13,76%	13,76%	14,12%	13,95%	14,12%

III – Da Análise Processual

A presente matéria tem por embasamento legal a Lei nº 8.987, de 13/02/1995, que estabelece como encargo do Poder Concedente a homologação de reajustes e realização de revisões das tarifas dos serviços concedidos:

“Art. 29. Incumbe ao poder concedente:

...

V – homologar reajustes e proceder revisão das tarifas na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato;”

Nesse sentido, a Lei nº 10.233, de 05/06/2001, em seu artigo 24, inciso VII, atribui à ANTT, na qualidade de Poder Concedente, competência para *“proceder à revisão e ao reajuste de tarifas dos serviços prestados, segundo as disposições contratuais, após prévia comunicação ao Ministério da Fazenda”*.

Os autos foram remetidos à Procuradoria-Geral que, por meio do PARECER nº 1775-2.2.2.2/2013-PF-ANTT/PGF/AGU (fls. 65/69), manifestou-se favoravelmente ao pleito apresentado pela Concessionária CONCEPA S/A, observando as recomendações constantes nos itens 29, 31, 33, 34, 35, 39 e 40 do parecer retro.

Em resposta a SUINF emitiu o Memorando n.º 1413/2013/SUINF, fls. 72/73. Assim, o processo retornou à Procuradoria, que emitiu o PARECER Nº 3857-2.2.2.2/2013/PF-ANTT/PGF/AGU, fl. 74, atestando que a Superintendência respondeu todos os apontamentos levantados pela área jurídica.

Posteriormente, a CONCEPA encaminhou à ANTT, a Carta ENG 0257/2013-DIR, fls. 76/77, apresentando o efeito obtido da 24ª Revisão Ordinária e da 4ª Revisão Extraordinária para manutenção do reequilíbrio econômico-financeiro da Concessão, a partir do dia 26/10/2013, as quais combinadas resultam na Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 2,22743 (valores a PI).

A Concessionária informou ainda, que na busca por uma melhor repartição da modicidade tarifária aos usuários, torna-se possível sugerir a distribuição do reajuste a ser homologado seja organizada de forma escalonada em 3 (três) etapas (2013, 2014 e 2015), consignando-se o alerta de que até o final da 3ª (terceira) etapa, necessariamente, ter-se-á que se obter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato equivalente a TBP obtida na revisão tarifária de 2013, contemplando todos os efeitos econômico-financeiros pela postergação da aplicação da TBP apurada no corrente ano.

Por meio da Informação n.º 127/2013/GEROR/SUINF, fls. 79/81, a área técnica informou que a simulação feita pela GEROR/SUINF teve como de partida as tarifas arredondadas propostas pela Concessionária para as praças unidirecionais nos anos de 2013 e 2014 (R\$ 9,30 e R\$ 9,70, respectivamente). De posse desses dados, calculou-se a tarifa de equilíbrio para 2015.

Foi utilizado o IRT definitivo de 2013 (4,36149) para se calcular as TBP's de 2013 e 2014 (R\$ 2,13230 e R\$ 2,22401, respectivamente). As TBP's da praça bidirecional para os anos de 2013 e 2014 foram calculadas obedecendo-se a proporção de 50% do valor da tarifa das praças unidirecionais, ou seja, R\$ 1,06615 e R\$ 1.11201, respectivamente.

Assim, a área técnica informa que as tarifas arredondadas calculadas para o último ano (2015) para as praças unidirecionais e bidirecional são: R\$

10,10 e R\$ 5,00, respectivamente. Os valores simulados não consideram o efeito da inflação nos anos de 2014 e 2015

IV – Da Proposição Final

Isto posto, e com base nas manifestações das áreas técnica e jurídica, proponho à Diretoria Colegiada que delibere por aprovar a 24ª Revisão Ordinária, a 4ª Revisão Extraordinária e o Reajuste Anual da Tarifa Básica de Pedágio – TBP da Rodovia BR-290/RS, Trecho Osório – Porto Alegre – Entroncamento BR-116/RS (Entrada para Guaíba), explorado pela Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A.

Submeto a Diretoria a proposição de parcelamento do impacto tarifário da referida revisão.

Brasília-DF, 15 de outubro de 2013.



NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA
Diretora

Encaminhamento:

À Secretaria-Geral (*SEGER*), para prosseguimento.

Em, 15 de outubro de 2013.

Ass:


Delson Eustáquio Resende Correia
Matr.: 1516182
Assessor - DNM